

ANA RITA TELES & ANDRÉ CRUZ

ritabteles@gmail.com; andrejfcruz@gmail.com

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

MEDIATIZAÇÃO DO VIH/SIDA EM PORTUGAL: “UM PROBLEMA DOS OUTROS”

RESUMO

Dentro do conjunto de responsabilidades que o jornalismo acarreta, informar corretamente a sociedade é um dos seus principais objetivos. Este trabalho desenvolve-se em torno da relevância das fontes de informação e dos motivos de noticiabilidade no momento de redação de artigos de saúde sobre VIH/Sida. Num conjunto vasto de temas, a saúde representa uma área complexa e de grande relevo, tanto para quem produz conteúdos acerca dela, como para quem os consome. As dificuldades, os erros, e as conquistas por parte dos jornalistas a respeito da mediatização do VIH/Sida merecem ser analisados aprofundada e criticamente. Desta forma, após uma análise intensiva em torno da mediatização por parte de quatro jornais generalistas entre 2013 e 2017, é possível perceber as formas e a evolução da noticiabilidade dos jornais portugueses quanto a esta doença.

PALAVRAS-CHAVE

fontes de informação; jornalismo de saúde; VIH/Sida

INTRODUÇÃO: VIH/SIDA – “UM PROBLEMA DOS OUTROS”

Há quase quatro décadas, a humanidade viu-se perante “uma doença incurável, fatal, a curto e médio prazo, que rapidamente criou uma vaga de

medo, morte e discriminação”¹. Foi em 1981 que os primeiros casos começaram a surgir. A doença atingia jovens, previamente saudáveis, reportados como sendo homossexuais (DGS, 2018). Em pouco tempo, ser infetado com o VIH (vírus da imunodeficiência humana), contrair Sida (síndrome da imunodeficiência adquirida) e ser homossexual tornaram-se realidades indissociáveis, o que foi sempre uma associação falsa e criadora de preconceitos. Contudo, rapidamente surgiram novos grupos de risco: passou-se a diagnosticar também em toxicodependentes, hemofílicos e haitianos. Até hoje, a doença caracteriza-se por percorrer caminhos pouco lineares e bastante atribulados. Contudo, apesar dos danos causados, este trajeto proporcionou um avanço na cura e no tratamento da infeção, que continua em processo de investigação e melhoria (DGS, 2018).

Em Portugal, o número de casos de infeção tem vindo a diminuir de forma moderada, mas consistente, desde o início do ano 2000. De acordo com a Direção-Geral da Saúde (DGS, 2018), o período entre 1983 e 2001 caracteriza-se por apresentar um valor reduzido do número de casos por data de notificação em comparação com o número de casos registados por data de diagnóstico. A situação reverteu-se só a partir de 2001, em que os valores passaram a ser superiores, como no caso de 2009 – em que o número de casos por data de notificação apresenta o valor de 2.220 e em que o número de casos registados por data de diagnóstico corresponde a um valor inferior a 1.787.

A última década caracteriza-se, de acordo com os dados presentes no *Programa Nacional para a Infeção VIH, Sida e Tuberculose 2017* (DGS, 2017), por haver cada vez menos novos casos de Sida e menos pessoas a morrer por causa desta infeção. O registo mais elevado de número de novos casos de Sida aconteceu em 2001 (3.318 casos) e, desde então, tem-se verificado uma queda acentuada desses dados, sendo que em 2017 (última data de que há registo) foram registados apenas 886, segundo o relatório *Infeção VIH e Sida 2018: desafios e estratégias do Serviço Nacional de Saúde* (DGS, 2018). Depois de ter manifestado valores sempre acima dos 500, o número de óbitos também tem diminuído na última década, tendo caído para cerca de metade no período entre 2007-2017 (INS, 2018). Neste seguimento, e ainda segundo a mesma fonte, o sexo masculino é o mais afetado com a doença. Registaram-se 1.442 casos em 2007 e 768 em 2017 no sexo masculino, valores elevados quando comparados com os valores do sexo feminino que se apresentam como 739 mulheres infetadas em 2007 e 300 em 2017.

¹ Ver <http://www.sermais.pt/content/default.asp?idcat=VIHemPortugal&idCatM=&idContent=F9CD898E-35FC-4A69-B42A-D44B4A8E0A5E>

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O COMBATE AO ESTIGMA COMO DESAFIO DOS *MEDIA*

Numa luta por conseguir corresponder a todos os valores que regem a profissão, o jornalismo enfrenta diariamente o desafio e a discussão quanto ao dever de educar quem o lê (Magalhães, Lopes & Costa-Pereira, 2017, p. 252). Os *media* não só informam a sociedade como também formam perspetivas, modos de pensar e opiniões acerca de diversas questões. No caso específico da mediatização do VIH/Sida, as organizações mediáticas desempenham um papel de alto relevo quando o que produzem influencia, educa e fortalece os indivíduos para que evitem contrair esta doença (United Nations Programme on HIV/AIDS, 2004, p. 8). Todavia, fazê-lo “com máxima eficiência requer um entendimento claro dos desafios e obstáculos levantados à proliferação desta educação preventiva” (Unaid, 2004, p. 8).

O jornalismo de saúde é um setor bastante valorizado no campo dos *media*. Embora o número de jornalistas especializados nesta área em Portugal seja reduzido, estudos comprovam que os conteúdos noticiosos sobre saúde são dos mais seguidos pelos consumidores de *media* (Magalhães et al., 2017, p. 253). De acordo com as Nações Unidas (Unaid, 2004), um dos principais – “e mais óbvios” – papéis do jornalismo é o de abrir canais de comunicação e o de contribuir para a discussão desta doença infecciosa. Embora tenham em vista a simplificação do discurso, os *media* incorrem em múltiplos erros ao longo do processo noticioso.

No começo da mediatização desta doença, alguns jornais portugueses rapidamente sofreram as consequências da utilização e apresentação excessiva de números como prova desta realidade e da sua amplitude. A sua leitura cronológica permitiu perceber “como essa procura de ilustrar numericamente a situação, sobretudo fora do país, se processou com valores contraditórios” (Ponte, 2005, p. 55). A ausência de verificação desses valores e das fontes foram mais um exemplo de erros cometidos (Ponte, 2005, p. 55).

No caso da mediatização do VIH/Sida, o jornalismo tem uma responsabilidade acrescida de ser, como as Nações Unidas sublinham, essencial para quebrar o silêncio que rodeia a Sida e de criar um ambiente propício ao encorajamento da discussão acerca da forma como os indivíduos se podem proteger e podem mudar o seu comportamento, se necessário (Unaid, 2004).

Além da responsabilidade social de fiscalizar as instituições em nome da sociedade e em dizer nada mais que a verdade (Pereira, 2004,

p. 3), o jornalismo passou a desempenhar um papel de grande relevo na divulgação de campanhas focadas na necessidade de ultrapassar o estigma e no encorajamento à solidariedade para com as pessoas infetadas pelo vírus do VIH/Sida (Unaid, 2004, p. 16). Isto é, o jornalismo, nesta questão em específico, relegou para segundo plano a objetividade que rege a profissão para se aliar a campanhas de prevenção e divulgação desta doença (Unaid, 2004).

Desde o primeiro diagnóstico de VIH/Sida que o jornalismo tem vindo a evoluir quanto à mediatização desta doença. Nas últimas décadas, o surgimento de novas patologias, aliado à necessidade de alterar mentalidades, “desafiou as regras básicas do jornalismo e forçou profissionais a admitirem que o tratamento das notícias nem sempre é o mais desejável” (Correia, 2005, p. 4). Associado a esta realidade, os jornalistas foram, “por diversas vezes, os responsáveis pela divulgação apressada de alguns estereótipos como ‘praga homossexual’, contribuindo para a disseminação de erros que prejudicaram a divulgação de informação adequada e de campanhas de saúde pública” (Correia, 2005, p. 5). Passados oito anos (1989) após a primeira revelação da existência desta doença, jornais como o *The Sun* apresentavam manchetes como a seguinte: “sexo heterossexual não lhe pode dar VIH/Sida”. Também os jornais britânicos *Daily Mail* e *Daily Express* propagavam uma mensagem idêntica (Correia, 2005, p. 5). Desta forma, o estigma afirmou-se nas sociedades e alastrou-se para outros grupos e minorias.

Esta discriminação levou a que muitos indivíduos recusassem a possibilidade de contrair VIH/Sida (Unaid, 2004). Negação a respeito do poder deste vírus existe tanto a nível pessoal como social (Unaid, 2004). É por este motivo que, nos primeiros tempos, um dos grupos de risco desta doença correspondia aos haitianos. Até 2004, os adolescentes no Haiti recusavam a possibilidade de contrair esta doença: “mais de 90% dos adolescentes no Haiti acreditam ter um risco pequeno ou inexistente de contrair este vírus, enquanto o país apresenta uma das taxas de prevalência mais altas fora da África Subsaariana” (Unaid, 2004, p. 11).

Embora o jornalismo tenha desempenhado, inicialmente, um papel de força na criação e manutenção do estigma, agora encontra-se associado a campanhas de prevenção e focado em contribuir para a formação e informação das sociedades quanto a esta realidade. “Algumas campanhas mediáticas (a respeito do VIH/Sida) focaram-se em ultrapassar o preconceito e em encorajar os cidadãos a serem solidários com as pessoas infetadas ou afetadas pelo vírus” (Unaid, 2004, p. 16).

Aqui se enquadra a importância da literacia em saúde. De acordo com o programa das Nações Unidas para o combate ao VIH/Sida, a tarefa do jornalista implica visão, dedicação e, acima de tudo, uma programação criativa capaz de captar a atenção das audiências (Unaid, 2004, p. 25). Os *media* têm a capacidade de "falar com ouvintes e telespectadores acerca do VIH/Sida numa linguagem compreensível, apreciável e interessante" (Unaid, 2004, p. 25).

MEDIATIZAÇÃO DO VIH/SIDA NOS JORNAIS PORTUGUESES: A IMPORTÂNCIA DA LITERACIA EM SAÚDE

O estigma relacionado com qualquer doença é alimentado, sobretudo, pelos níveis reduzidos de literacia em saúde da população. Quanto maior for o conhecimento de um indivíduo para aceder, compreender e tratar a informação de que dispõe acerca da saúde e cuidados médicos, maior será a capacidade do mesmo para alimentar hábitos de prevenção e modos de promoção de uma vida saudável (Espanha, Ávila & Mendes, 2016, p. 5). Assim, aumenta também o índice de literacia em saúde.

Fracos índices de literacia em saúde dificultam a utilização dos serviços de saúde por parte dos cidadãos, mas isso também acarreta prejuízos ao sistema, ou seja, ao Estado (Pedro, Amaral & Escoval, 2016, p. 262). Deste modo, torna-se importante apostar na promoção dos índices em literacia no âmbito da saúde, tendo em vista a melhoria dos cuidados e níveis de saúde do país e a diminuição das despesas estatais, no que concerne aos custos desnecessários que o sistema de saúde acarreta, fruto do desconhecimento e desinformação existentes.

Este conceito associa-se não só às componentes pessoais e sociais do indivíduo, como está fortemente refletido nas suas atitudes e comportamentos quotidianos nos mais diversos ambientes e espaços, desde a escola ao local de trabalho ou, até, em casa.

Relativamente ao vírus da Sida, o estigma, ainda que fortemente associado à discriminação, pode revelar-se em forma de exclusão, rejeição, evitação ou intolerância e começa por refletir-se em diferentes situações da rotina diária do portador do mesmo, como se constatou com o exemplo dos haitianos. Os indivíduos infetados podem ser excluídos de eventos sociais ou profissionais e serem alvos de atitudes discriminatórias, tais como a recusa na partilha de objetos (copos e canetas), abuso físico e verbal e troca de afetos (abraços, apertos de mão, entre outros), o que afeta negativamente a sua moral, motivação, produtividade, e saúde mental e física (Organização Internacional do Trabalho, 2014, p. 28).

A ignorância relativamente a esta doença resulta muitas vezes da insuficiente divulgação que os meios de comunicação fazem da mesma. Segundo João Carlos Correia (2005, p. 5), o foco no acontecimento e não na problemática, a dificuldade dos peritos em abordarem o tema, bem como a simplificação abusiva das palavras das fontes oficiais contribuem para a estigmatização do doente infetado pelo vírus, bem como para o desconhecimento elevado acerca desta doença.

Os *media* são o grande meio impulsionador e divulgador da informação relativa ao vírus do VIH/Sida e, como tal, têm o poder de influenciar e gerar ideias, consensos e discussão sobre o tema. O choque existente entre o saber científico e o campo mediático, entre os investigadores e os jornalistas, assume-se como o maior entrave à transmissão das mensagens. As descobertas científicas são rapidamente difundidas nos órgãos de comunicação social, mas sob uma linguagem mais condizente com o quotidiano (Dias, 2014). Ora, tal pode gerar uma construção social da realidade que nem sempre é a mais fidedigna.

É importante ressaltar que foram os *media* que “deram a conhecer” a doença, com o anúncio de uma nova patologia, seguido da explicação dos seus contornos e da passagem dos conhecimentos médicos e científicos acerca do vírus para o conhecimento comum (Dias, 2014, p. 28). A forma como os meios de comunicação têm vindo a tratar esta temática tem-se alterado ao longo dos anos. Primeiramente, as notícias provinham de fontes oficiais e médicas, nomeadamente instituições governamentais, e centravam-se nas descobertas da medicina acerca da doença e nas formas de transmissão da mesma (Dias, 2014, p. 88). Mais tarde, surgiram nos *media* os “grupos de risco”, dado que o vírus foi detetado, numa primeira fase, em pessoas homossexuais, o que contribuiu para o aumento do estigma em relação a estes indivíduos. Posteriormente, a abordagem escolhida focou-se na prevenção e divulgação de informações de forma a evitar comportamentos de risco (como a importância do uso do preservativo). O papel das instituições não-governamentais surge aqui como fonte de informação com grande peso no que toca à partilha de mensagens anti discriminatórias face aos cidadãos seropositivos (infetados com VIH). A educação sexual e a prevenção são trazidas a debate por meio da utilização das novas fontes e os visados deixam de ser apenas os chamados “grupos de risco”, juntando-se a estes os jovens, população universitária, idosos e mulheres (Dias, 2014). Recentemente, o tratamento do vírus VIH/Sida por parte dos *media* tem ganhado força através do foco nos comportamentos sexuais dos cidadãos e na passagem da designação da doença de mortal para crónica. As peças

jornalísticas optam por falar do indivíduo portador do vírus como um “ator principal” em detrimento de um coletivo. É dada preferência à história no singular, sobretudo quando se trata de figuras públicas ou indivíduos associados à marginalidade e crime (Ponte, 2005, p. 55).

ESTUDO EMPÍRICO

RESULTADOS

A nossa amostra é composta por 14.244 artigos jornalísticos. Destes, 4.651 falam de doenças e, dentro deste *corpus*, 243 tratam do VIH/Sida, sendo aí citadas 239 fontes de informação. É da análise deste último grupo que nos ocuparemos aqui.

O jornalismo de saúde tem vindo a ganhar um relevo cada vez maior no meio de quem o consome (Magalhães et al., 2017). Atendendo ao facto de os conteúdos noticiosos relativos a saúde serem dos mais valorizados pelos leitores, percebe-se, através de uma análise concisa em torno da mediatização da Sida, que os objetivos de informar os cidadãos acerca desta doença infecciosa e de prevenir a sociedade acerca deste problema são importantes características da mediatização efetuada entre 2013 e 2017.

Através de uma análise intensiva dos artigos sobre VIH/Sida publicados nos jornais *Público*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*, percebemos que os principais motivos de noticiabilidade por detrás dos textos noticiosos sobre esta doença são a investigação e desenvolvimento e os retratos de situação. Estes apresentam-se, fundamentalmente, sob a forma de notícia. De sublinhar ainda a presença de fontes de informação na quase totalidade das peças jornalísticas. Embora quase todos os textos recorram à presença de fontes, no conjunto das 243 peças analisadas verifica-se a utilização maioritária de apenas uma ou duas fontes em cada peça (89 e 69 artigos, respetivamente).

FONTES (IM)PESSOAIS NA MEDIATIZAÇÃO DO VIH/SIDA

No caso da mediatização da Sida, as fontes mais utilizadas pelos jornalistas (Gráfico 1) são as fontes oficiais (políticas) dentro do campo da saúde, com 10,9%, e as especializadas institucionais – pacientes, ou seja, as associações de pacientes, correspondendo a um valor mais elevado (26,4%). Além destas, são ainda referenciados alguns documentos especializados.

Constata-se ainda que os pacientes – cidadãos comuns, familiares e figuras públicas – fornecem menos depoimentos. O estigma em torno da Sida pode, efetivamente, influenciar os indivíduos na hora de partilhar o seu caso ou casos de familiares. A nível particular, as figuras públicas (na condição de pacientes) destacam-se pela reduzida percentagem que reúnem (0,4%), em conjunto com o cidadão comum, que exhibe um valor igualmente exíguo (2,9%). Contudo, a nível coletivo, a documentação (21,8%), as fontes oficiais dentro do campo da saúde (10,9%) e as fontes oficiais diversas (35,6%) apresentam valores em muito superiores.

Encontrar pessoas que se predisponham a relatar o seu caso parece não ser tarefa simples. Isto é, o facto de as fontes serem largamente mais representadas pelo lado oficial dentro do campo da saúde (médicos, investigadores, políticos) permite deduzir que aos jornalistas se torna mais difícil chegar a um testemunho pessoal. Neste contexto, haverá também o estigma como potencial fator influenciador desta decisão por parte das fontes.

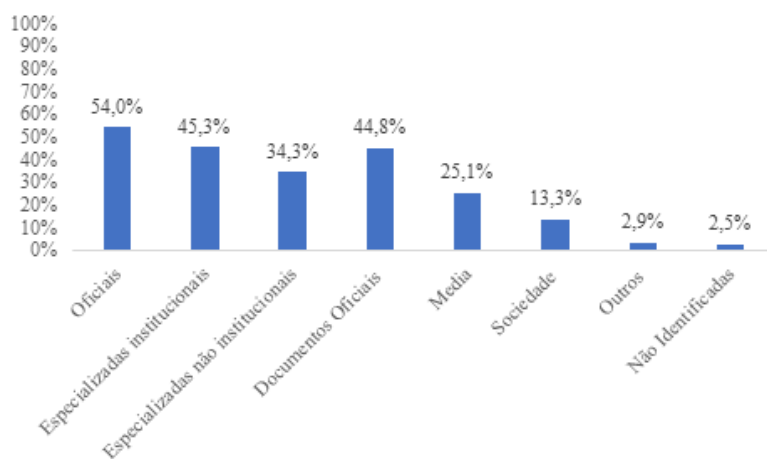


Gráfico 1: Estatuto das fontes de informação (%)

POSIÇÃO HEGEMÓNICA DA NOTÍCIA

Apesar das oscilações na mediatização do VIH/Sida, está em curso uma atualização do conhecimento e desmistificação de crenças sobre a doença, sendo também maior a preocupação e cuidado por parte dos jornalistas relativamente ao que escrevem (Justo, 2012).

Num universo de 243 artigos, 216 (88,9%) apresentam-se em forma de notícia, enquanto a reportagem é o género de artigo a que os jornalistas menos recorrem. Esta temática conta com 12 (4,9%) entrevistas publicadas no período entre 2013 e 2017 nos quatro principais jornais portugueses (Gráfico 2).

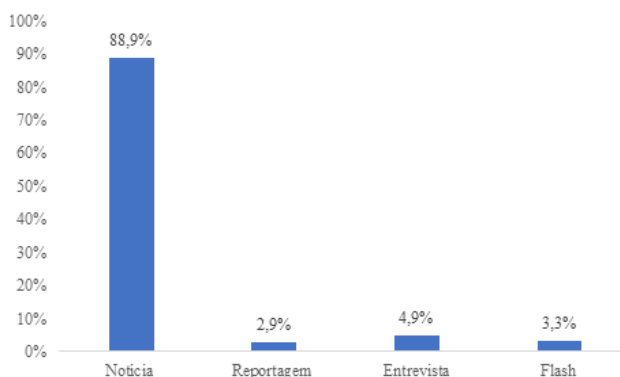


Gráfico 2: Tipo de artigo (%)

RETRATOS DE SITUAÇÃO COMO REFLEXO DA MEDIATIZAÇÃO DO VIH/SIDA

Quando mediatizam a Sida, os jornalistas centram-se cada vez mais nas formas de tratamento e medidas preventivas do vírus (Justo, 2012). Ainda assim, os retratos de situação surgem como o principal motivo de noticiabilidade, estando presentes em 56 (23,0%) dos 243 artigos analisados (Gráfico 3). Estes refletem o estado da doença, num determinado momento, aos níveis nacional, europeu ou até mundial. De seguida, surge a investigação em torno do vírus, que apresenta um valor percentual de 22,6 artigos publicados. Tal resulta da evolução que os estudos têm tido ao longo dos últimos anos.

A categoria de prevenção apresenta-se como o terceiro tema mais mediatizado (15,2%). Alguns destes artigos salientam a falta de informação ou a inércia da sociedade para combater a infeção e promover comportamentos de carácter preventivo (Justo, 2012). De seguida, surgem as situações de alarme e risco (14,8%) e as práticas clínicas, sendo que esta última temática tem menor expressão.

Apesar da presença do estigma ou preconceito em torno desta doença, o jornalismo carrega a responsabilidade de conseguir combatê-lo

através da concretização de peças de teor preventivo e informativo quanto ao tratamento e quanto à atitude que os cidadãos devem tomar para que evitem contrair esta doença.

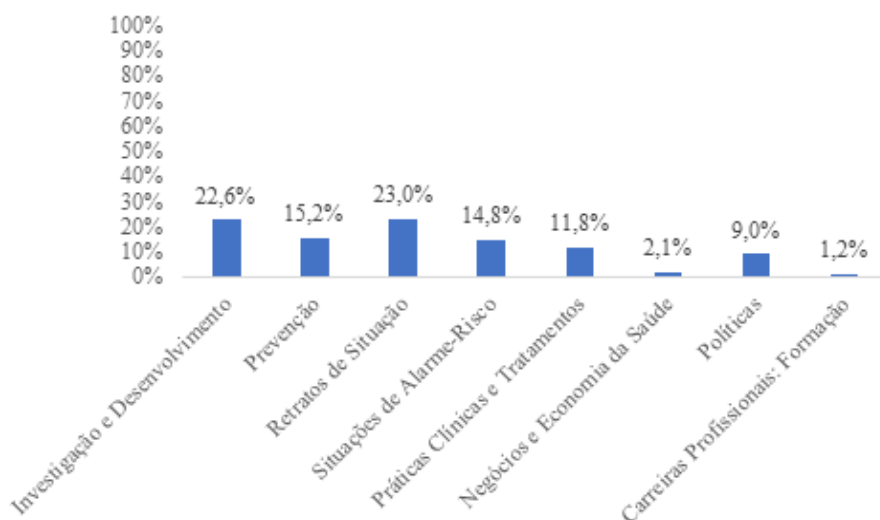


Gráfico 3: Motivos de noticiabilidade (%)

NOTAS FINAIS

Informar é uma das preocupações e funções principais do jornalismo. Desta forma, os *media* assumem a responsabilidade de prevenir e educar a sociedade acerca das doenças que afetam a sociedade. Detenhamo-nos no caso do VIH/Sida. Focando-se atualmente em artigos de investigação e de prevenção a respeito da doença, o jornalismo continua a ter um peso fortíssimo na consolidação de opiniões. Tudo o que é produzido pelos *media* influencia a forma como a realidade é compreendida, moldando opiniões que geram debate. Se inicialmente os conteúdos produzidos difundiam um certo estigma em relação aos indivíduos infetados (sobretudo, através da associação da doença às populações homossexuais e toxicodependentes), agora não o faz. Isto porque, entre outros fatores – como um maior conhecimento da doença – os órgãos de comunicação social procuram cada vez mais depoimentos de fontes especializadas em detrimento dos testemunhos de doentes, familiares ou dos denominados cidadãos comuns.

O choque existente entre o jornalismo e a ciência é, de facto, o maior entrave à comunicação fluida e um impedimento para a construção social

da realidade correta. O nível de comunicação das duas áreas encontra-se em patamares diferentes. Enquanto os especialistas da saúde tendem a utilizar termos técnicos e especializados, os jornalistas procuram uma linguagem mais simples, que vá ao encontro do maior grupo de pessoas possível. Esta tentativa de simplificar o tema na busca da melhor compreensão acerca do mesmo pode gerar uma distorção da realidade.

Em suma, os *media* assumem um papel fundamental no combate ao estigma e à discriminação relativamente às pessoas portadoras do vírus. Há uma necessidade de informar, mas também de educar os leitores e, conseqüentemente, a sociedade. Assim, a construção de artigos relativos ao vírus do VIH/Sida deve ser cuidada, responsável, e procurar a diversificação de fontes. É também fundamental que estas estejam aptas e creditadas para falarem sobre o tema, de forma a que a mensagem transmitida seja a mais clara, correta e exata possível, não havendo espaço para a desinformação e desconhecimento.

REFERÊNCIAS

- Correia, J. C. (2005, março). *O relato jornalístico e a doença: entre a ciência e a vida quotidiana*. Comunicação apresentada no congresso Jornalismo, Ciências e Saúde, Porto.
- DGS, Direção-Geral da Saúde (2017). *Programa Nacional para a Infeção VIH, Sida e tuberculose 2017*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde. Retirado de <https://www.pnvihsida.dgs.pt/estudos-e-estatisticas111111/relatorios1/programa-nacional-para-a-infecao-vih-sida-e-tuberculose-2017-pdf.aspx>
- DGS, Direção-Geral da Saúde (2018). *Infeção VIH e Sida - desafios e estratégias 2018*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- Dias, D. M. R. (2014). *O VIH/SIDA e as suas representações: uma análise antropológica dos discursos sobre o VIH/SIDA no jornal Diário*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra. Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/27869>
- Espanha, R., Ávila, P. & Mendes, R. V. (2016). *Literacia em saúde em Portugal: relatório síntese*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- INS, Instituto Nacional de Saúde. (2018). *Infeção VIH e SIDA: a situação em 2018*. Lisboa: Instituto Nacional de Saúde.
- Justo, A. R. M. (2012). *VIH/SIDA e a comunicação social: a imprensa escrita*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa. Retirado de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2578/1/13632.pdf>

- Magalhães, O. E., Lopes, F. & Costa-Pereira, A. (2017). Qual o papel do jornalismo na Literacia da Saúde? Estado da arte. In S. Pereira & M. Pinto (Eds.), *Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 4.º Congresso* (pp. 251-265). Braga: CECS. Retirado de http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2679/2587
- Organização Internacional do Trabalho. (2014). *Manual sobre VIH e Sida para inspetores do trabalho*. Genebra: ILO Publications.
- Pedro, A. R., Amaral, O. & Escoval, A. (2016). Literacia em saúde, dos dados à ação: tradução, validação e aplicação do European Health Literacy Survey em Portugal. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 34(3), 259-275. <https://doi.org/10.1016/j.rpsp.2016.07.002>
- Pereira, F. H. (2004). Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>
- Ponte, C. (2005). A cobertura de epidemias na imprensa portuguesa. O caso da Sida. In A. Fidalgo & P. Serra (Eds.), *Campos da Comunicação. Atas do III Congresso da Sopcom* (53-60). Covilhã: UBI.
- Unaid, United Nations Programme on HIV/AIDS. (2004). *The media and HIV/AIDS: making a difference*. Genebra: Unaid.

Citação:

Teles, A. R. & Cruz, A. (2020). Mediatização do VIH/Sida em Portugal: "um problema dos outros". In F. Lopes & R. Araújo (Eds.), *As doenças na imprensa portuguesa: retrato da década* (pp. 38-49). Braga: CECS.